



Isaac Plachta, presidente do Siquirj, é nomeado Conselheiro Emérito da Firjan

Presidente do Siquirj, Isaac Plachta, e outras figuras notáveis da indústria, são nomeados Conselheiros Eméritos da Firjan

O presidente Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira e o 1º vice-presidente da Firjan, Luiz Césio Caetano, homenagearam os integrantes do Conselho de Eméritos da Firjan/Cirj durante almoço em 10/7, na sede da Federação. O Conselho foi criado em 2015, como forma de reconhecer a contribuição desses empresários para a indústria fluminense. Recentemente, foi ampliado com a chegada de 14 novos integrantes, tendo o decano, Armando Salgado, como seu presidente.

“Esses empresários, repletos de energia e que continuam se destacando como lideranças no Rio de Janeiro, são uma referência para todos nós. Com suas trajetórias como empreendedores de sucesso em nosso estado, nos mais diferentes ramos de atuação, eles nos inspiram a continuar investindo, gerando empregos e oportunidades e fomentando a indústria no Rio de Janeiro”, destacou Eduardo Eugênio.

Com a ampliação do Conselho, a Firjan quer estimular a troca de experiências e renovar o reconhecimento a esses líderes que constituem um patrimônio da indústria do estado do Rio de Janeiro e da federação, explicou Gouvêa Vieira, lembrando que os eméritos possuem de um espaço próprio de convivência na Casa: “Eles guardam a memória da indústria do Rio de Janeiro e das suas transformações. Têm à disposição um ambiente próprio, um ponto de encontro para a troca de experiências, de tal forma que continuem servindo de referência para todos nós e para nossas

iniciativas pelos próximos anos”.

Armando Salgado, presidente do Conselho de Eméritos, agradeceu a homenagem: “O nome eméritos já está determinando a importância do Conselho. Somos os veteranos que praticamente iniciamos a Firjan. Sempre damos aporte, com a nossa experiência. Estou gratificado com essa homenagem e espero continuar servindo à Casa nas oportunidades que aparecerem”.

Todos os conselheiros eméritos foram homenageados com placas entregues por Eduardo Eugênio e Caetano. Os novos representantes têm uma longa trajetória de mais de 20 anos de colaboração em diversas instâncias da federação.

Os nomes dos novos eméritos foram aprovados na reunião do Conselho de Representantes da Firjan/Cirj, em 26/6. Eles terão, entre suas atribuições, propor ao presidente da federação diretrizes a serem adotadas na política industrial do país e do Rio de Janeiro.

Confira a lista de homenageados:

Abílio Ferreira Marques, Abrahão Roberto Kauffmann, Adolf Arno Edelhoff, Antonio Juvenal Barreto, Armando Brasil Salgado, Célio Schwartz, Dalton Carestiatto, Fernando Sandroni, Francisco Mancebo Agostinho, Gil Grosman, Hipólito Eládio Rodriguez Fontenla, Isaac Plachta, João Lagoeiro Barbará, Jorge Castanheira da Silva, Jorge Rodrigues do Nascimento, José da Rocha Pinto, Roberto Leverone, Rubens Muniz, Sérgio Carlos Bousquet Perez, Sergio Ramalho, Thieres Rodrigues Filho, Victor Antônio Misquey

Fonte: Firjan



Novos Conselheiros Eméritos da Firjan são homenageados em cerimônia na Sede da Federação. Ao centro, Isaac Plachta, presidente do Siquirj, um dos homenageados da ocasião e novo Conselheiro.

SIQUIRJ INFORMA

Nº 255

Jul/2023

Editorial

Resgatando a importância do setor industrial químico nacional

Passada a metade do ano de 2023, ainda enfrentamos uma situação bastante complicada quanto ao setor industrial químico, que vive com uma utilização de capacidade instalada baixíssima - ao redor de 67% - enquanto o mercado nacional é inundado com produtos importados de países como a China e a Índia. Esse cenário é ainda mais preocupante quando adicionamos o fato de que estamos entrando em um ciclo de baixa da indústria química global, o que torna ainda mais complicada uma retomada satisfatória.

Dito isto, é imprescindível uma ação concreta, na forma de uma política pública de atenção à indústria, por parte do Governo Federal.

Apesar de já haver sinalização, por parte do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - MDIC, de atender aos anseios da indústria, é mister destacar a urgência com que essas medidas precisam ser tomadas, pois mesmo que um plano seja traçado e executado ainda este ano, certamente serão necessários muitos outros anos para que seus resultados sejam perceptíveis. O grande problema é: a indústria química nacional pode não ter todo esse tempo disponível...

Opções de ações concretas e de curto prazo existem aos montes e nos estenderíamos demais aqui se as detalhássemos, mas uma coisa é certa, sem garantir um ambiente de competitividade para a indústria nacional, ela será sufocada pelo produtor externo! Um produtor que muitas vezes não está sob os mesmos ônus que os produtores nacionais estão, seja em questões trabalhistas, ambientais, entre outros.

Em resumo, é importante que o Governo Federal destaque e valorize a importância da indústria nacional, de matriz energética mais limpa do mundo e de enorme potencial para ser um dos líderes globais, desde que haja o investimento necessário para superar o cenário extremamente desafiador que vivenciamos.

Enquanto isso, continuamos observando e cobrando as medidas cabíveis.

Brasil tem gás para evitar risco de dependência econômica e perda de soberania, aponta estudo do IEPUC

Estudo realizado pelo Instituto de Energia da PUC-Rio avaliou o potencial e as condições de viabilização da oferta de gás natural para uso como matéria-prima nas indústrias química e de fertilizantes no Brasil. O trabalho foi encomendado pela Coalizão pela Competitividade do Gás Natural como Matéria-Prima* (vide relação das entidades abaixo), e apresentado à equipe do Ministro das Minas e Energia, Alexandre Silveira, no início do mês.

Para o presidente da ABEMI, Joaquim Maia, “O estudo reforça o acerto do Governo Federal liderado pelo Ministério de Minas e Energia no lançamento do Programa Gás para Empregar, aprovado recentemente em resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Este Programa representa uma grande oportunidade para o desenvolvimento e reindustrialização do país, buscando caminhos que possam viabilizar o aumento da oferta de gás natural no mercado doméstico, a preços competitivos”.

“O Estudo é um insumo para o diálogo. Ele foi contratado no sentido de contribuírmos para o debate qualificado para a definição de políticas públicas do gás como matéria-prima, no qual todos os stakeholders devem participar, da produção ao consumo passando por todos os elos deste sistema (escoamento, processamento, transporte etc)”, afirma o presidente-executivo da ABIQUIM, André Passos Cordeiro. “Defendemos que a solução passa por múltiplas medidas, principalmente de política pública, que aumentem a competitividade e a sustentabilidade da indústria, que deverá ser construída coletivamente visando ganho para todos os elos da cadeia produtiva e, principalmente, o aumento do bem-estar do povo brasileiro.”

O estudo do IEPUC verificou que uma parcela importante da produção brasileira de gás natural não chega ao mercado, sendo que, nos últimos 10 anos, o percentual da produção total que é disponibilizada vem caindo e atingiu menos de 40% em 2022. Esta queda, em muito, é explicada pelo crescimento contínuo dos níveis de reinjeção de gás nos reservatórios.

Essa reinjeção, por sua vez, ocorre em sua maioria na região do Pré-Sal, onde o volume reinjetado já ultrapassa 60 milhões de m³/dia. Este volume, localizado no Pré-Sal, equivale a mais de 40% da produção total de gás natural de todo o Brasil.

A partir de análises minuciosas sobre os campos produtores e com potencial de produção de gás natural e levando em consideração toda a produção possível de gás natural, o estudo traz uma primeira grande conclusão: a despeito do que vem sendo colocado na mídia, o Brasil tem gás, podendo triplicar a oferta de gás nacional ao mercado até o final da década.

Para isso, o estudo levantou qual seria a estimativa do volume total de gás reinjetado atualmente nos campos do Pré-Sal, que poderia ser escoado através da revisão das decisões sobre a reinjeção e se não houvesse restrições de infraestrutura. Essa análise considerou o nível de contaminantes no gás natural de cada área produtora, chegando assim, a uma outra principal conclusão do estudo: as áreas mais promissoras para produção de gás natural não possuem níveis elevados de CO₂, existindo áreas com potencial para gás natural praticamente sem CO₂, que é o caso de Bacalhau e de Tupi que

possuem em média 5% de CO₂. O campo de Búzios possui em torno de 25%, teor que ainda viabiliza o seu tratamento e escoamento de gás especificado.

O estudo explicita, ainda, que pouco mais de 50% do gás reinjetado é referente ao CO₂ separado nas plataformas e de gás natural de arrasto, ou seja, volume de gás natural que acaba sendo levado junto com o CO₂ no processo de tratamento do gás na plataforma. Portanto, quase a metade do volume reinjetado atualmente, ou cerca de 30 milhões de m³/dia, poderia vir para o mercado se houvesse capacidade de escoamento.

Isso significa que, havendo condições logísticas, o Pré-Sal poderia de imediato duplicar o volume total hoje disponibilizado pela região.

Parte desse volume está previsto ser escoado pelo Projeto Rota 3 (rota de escoamento e unidade de tratamento em Itaboraí/RJ), que está atrasada há mais de 7 anos, de acordo com o Ministério de Minas e Energia (MME), e previsto para entrar em operação ao final de 2024. Além disso, é importante a readequação da Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) de Caraguatatuba e da Rota 1 que conecta esta UPGN ao Pré-Sal.

Neste caso, em particular, a Rota 1 está limitada a escoar 10 milhões de m³/dia de gás (ante a capacidade nominal de 20 milhões de m³/dia). Este importante gargalo técnico decorre da incapacidade no processamento do gás do Pré-sal pela UPGN de Caraguatatuba, que foi projetada para o gás de Mexilhão - Pós-sal, e está operando fora da especificação.

Todo este gás adicional de 30 milhões de m³/dia poderia ser ofertado ao mercado até 2027.

A análise da produção também mostrou que a oferta de gás natural no Brasil deve continuar se expandindo de forma significativa na próxima década. O estudo avaliou o potencial da oferta no Pré-sal, considerando projetos e plataformas planejados, e estimou a oferta potencial máxima após a reinjeção técnica nas plataformas, que podem separar e “exportar” gás no Pré-sal. O estudo mostra que a oferta potencial máxima é largamente superior à capacidade planejada de escoamento de gás do Pré-sal.

Além da oferta potencial do gás do Pré-sal que poderia vir para o mercado, existem duas grandes áreas de gás natural que estão em fase de desenvolvimento na bacia de Campos (BM-C-33 – Pão de Açúcar) e na bacia de Sergipe-Alagoas, que juntas ofertarão outros 30 milhões de m³/dia de gás a partir de 2027.

O estudo apresenta também uma projeção dos volumes de gás natural que deixarão de ser disponibilizados dada a decisão de reinjeção total do gás produzido. Apenas em Búzios, por exemplo, existe uma oportunidade de ampliar ainda mais a oferta de gás natural ao mercado, especificamente nas plataformas P82 e P83 em fase inicial do cronograma de engenharia e construção (EPC), e nas plataformas P84 e P85 ainda não contratadas.

O potencial de gás natural que poderia ser escoado para o mercado pode atingir 6 milhões de m³/dia por plataforma, ou seja, até 24 milhões de m³/dia no total, o que por si só justifica pelo menos uma nova rota de escoamento para a costa.

Além da possível oferta potencial, o estudo fez uma estimativa da demanda de gás para a malha integrada. Esta demanda pode ser dividida em duas parcelas. A parcela da

demanda firme que inclui a demanda projetada dos segmentos industrial, comercial, residencial, GNV e a parte inflexível da demanda para geração termelétrica. A parcela flexível inclui a parte da demanda sazonal para geração termelétrica, que será atendida majoritariamente através de importações de GNL.

A partir da comparação entre oferta e a demanda de gás firme, foi possível estimar o volume de gás adicional que poderá ser direcionado para uma política de gás como matéria-prima. O estudo mostrou que mesmo no cenário de oferta (limitado pela infraestrutura de escoamento), a partir de 2028 existirá um volume significativo de gás que poderá ser demandado para novos projetos no setor químico e de fertilizantes (alcançando até 17 milhões de m³/dia). Ademais, caso se concretize esta oferta de gás, serão produzidos líquidos de gás natural (etano e propano) em volume suficiente para viabilizar duas novas plantas petroquímicas no país.

No cenário onde são feitos investimentos na infraestrutura de escoamento dos volumes de gás, existe um potencial ainda maior de gás para novos projetos no setor químico e de fertilizantes. A depender da estratégia dos operadores quanto à injeção por razões econômicas no Pré-sal, poderá ser disponibilizado entre 12 e 25 milhões de m³/dia.

A nota recente emitida pelo MME aponta na mesma direção dos resultados do estudo do IEPUC. Além da avaliação em relação à oferta nacional, o estudo, que em sua primeira fase, contém detalhes e memórias de cálculo, totalizando mais de 243 páginas, também traz considerações sobre o gás importado da Bolívia (que deverá se esgotar em 2030) e a inserção do biometano até 2032.

O programa Gás para Empregar é um passo acertado do MME, e deve ser apoiado por todos os setores industriais. Aplicado em sua totalidade, pode destravar pelo menos R\$ 70 bilhões em investimentos em química e fertilizantes. Esses investimentos também ajudam a viabilizar outro aspecto que uma oferta adicional de gás possibilita: a separação do propano e do butano presentes no gás natural poderá promover autossuficiência brasileira em GLP, o gás de cozinha. E o consumo de propano e eteno ajuda a pagar a conta dessa separação. Uma coisa leva a outra num ciclo virtuoso.

No melhor dos cenários, o Brasil terá um incremento na oferta de gás de até 53 milhões de m³/dia em 2029. Estaremos assegurando a soberania, a autonomia de decisão nacionais, a autossuficiência em GLP (gás de cozinha) a preços acessíveis para a população mais carente, além de diminuir a dependência externa de importantes insumos para nossa economia.

A maior oferta de gás significa mais riqueza, empregos e desenvolvimento no caminho da transição energética.

A Coalizão pela Competitividade do Gás Natural como Matéria-Prima é liderada pela ABEMI, com a Coordenação Técnica da ABIQUIM e a participação das entidades: ABDIB, ABEGÁS, ABIMAQ/SINDMAQ, ABIPLAST; CNT; FIEB, FIEMG, FIRJAN, ; TGBC - Transportadora de Gás Brasil Central, ONIP, SEDE – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais; SEENEMAR - Secretaria De Estado De Energia e Economia Do Mar do Estado do Rio de Janeiro; e SEDETEC Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico de Sergipe.

Fonte: Abiquim

CNI monitora 453 proposições sobre o setor elétrico no Congresso Nacional

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) monitora no Congresso Nacional um total de 453 proposições sobre o setor elétrico, sendo 415 na Câmara dos Deputados e 38 no Senado Federal. A indústria apoia parte dos projetos, como PL 414/2021, que moderniza o setor elétrico, e o PL 1.917/2015, que prevê a portabilidade da conta de luz, mas vê com preocupação 56 propostas que propõem aumento de subsídios e de encargos para o consumidor.

Atualmente, os subsídios incorporados nas tarifas de energia somam uma cifra de R\$ 35 bilhões, o equivalente a 13% do valor da conta de luz - em 2017, os encargos representavam 3% da conta.

As principais temáticas dos projetos são: diversificação da matriz elétrica (116), distribuição de energia elétrica (63), descontos tarifários (56), reajustes tarifários (31), suspensão do serviço (30), tarifas de energia elétrica (24), tributação (21), recursos hídricos (15), entre outros.

Entre os projetos apoiados pela CNI destaca-se o PL 414/2021, que trata da modernização do setor elétrico. A proposta estabelece o prazo de 24 meses para o governo desenvolver um plano de abertura do setor elétrico, com soluções para medição, faturamento, avaliação dos impactos e desenho do supridor de última instância; a previsão também de 24 meses para separar as atividades de distribuição e comercialização regulada.

Outras proposições monitoradas pela CNI são o PL 1.917/2015 e o PL 4.012/2021, que cria uma provisão orçamentária para pagamentos realizados pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Além do incentivo à concorrência, a adoção de fontes renováveis de energia e a promoção da eficiência energética são outras vantagens da abertura do mercado de energia. Do ponto de vista ambiental, o mercado livre estará atrelado ao desenvolvimento de energias limpas, como a solar e a eólica, promovendo o crescimento e o desenvolvimento dessas fontes", afirma o gerente de Energia da CNI, Roberto Pereira.

Atualmente, o mercado livre de energia elétrica está restrito aos grandes consumidores, enquanto os demais são atendidos pelo chamado mercado cativo, que obriga que o consumo de energia seja feito por meio de uma única distribuidora disponível na região.

Com a aprovação do PL 414, todos os consumidores terão acesso ao mercado livre de energia, com a possibilidade de fechar contratos bilaterais com outros fornecedores, além das distribuidoras regionais, para o fornecimento de energia.

Fonte: Agência CNI de Notícias

Precisamos reduzir juros, investir em inovação e aprovar a reforma tributária, diz presidente da CNI

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, participou no dia 6/7 da reunião de relançamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), no

Palácio do Planalto. O Conselho, que estava desativado desde 2015, retorna com o objetivo de construir uma nova política industrial para o Brasil. "É uma ação importante para que o país tenha uma indústria mais dinâmica, inovadora, competitiva e uma economia pujante que ofereça melhores oportunidades de emprego e renda para a população", disse o presidente da CNI no evento.

Na reunião, Andrade destacou que, nos últimos anos, os países mais industrializados investiram maciçamente no desenvolvimento industrial, enquanto o Brasil não contou com uma política industrial. "Precisamos reduzir as taxas de juros no Brasil e investir em inovação e tecnologia. E nós apoiamos firmemente essa reforma tributária, que esperamos que seja votada hoje", afirmou.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva garantiu que o governo vai criar as condições necessárias para o país investir em inovação. "Precisamos fazer a revolução industrial neste país para sermos competitivos de verdade. A hora é agora". Lula também defendeu a união do Estado e do setor privado para o desenvolvimento do país. "O Brasil precisa dos dois. E também de formar profissionais qualificados se a gente quiser verdadeiramente voltar a ser um país industrializado".

Na reunião do conselho, Geraldo Alckmin divulgou que a nova política industrial brasileira está voltada para seis missões:

- Cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais para a segurança alimentar e nutricional;
- Complexo econômico industrial da saúde resiliente para robustecer o SUS e ampliar o acesso à saúde no país;
- Infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade sustentáveis para a integração produtiva e o bem-estar nas cidades;
- Transformação digital da indústria para ampliar a produtividade;
- Bioeconomia, descarbonização e transição e segurança energéticas para garantir os recursos para as futuras gerações;
- Tecnologias de interesse para a soberania e a defesa nacionais.

"O setor industrial apoia a estratégia e as missões apresentadas ao Conselho, e são prioridades sintonizadas com as missões do Plano de Retomada da Indústria".

O documento, elaborado pela CNI e apresentado ao governo este ano, identifica oportunidades diante dos desafios no cenário global. O Plano de Retomada compreende a transformação digital como uma das quatro missões para atingir objetivos sociais relevantes.

O objetivo dessa missão é capacitar as empresas brasileiras para ampliarem a escala de mercado e, assim, participarem de cadeias globais de fornecimento. Descarbonização, saúde e segurança sanitária e defesa e segurança nacional são as outras missões do Plano de Retomada.

Fonte: Agência CNI de Notícias

Siquirj assina Convenção Coletiva com o Traquimfar

No último dia 13 de julho, quinta-feira, em reunião entre o Siquirj e o Traquimfar, Sindicato Profissional dos Trabalhadores Químicos e Farmacêuticos, foi assinada a Convenção Coletiva de Trabalho para o período de 2023/2024, com abrangência dos municípios do Rio de Janeiro, Nilópolis, São João de Meriti e Duque de Caxias. A data-base é 1º de junho.

O processo de negociações se iniciou com a entrega da Pauta de Reivindicações, por parte dos trabalhadores, no final de maio. Ao todo foram duas reuniões de Assembleia Geral Extraordinária e dois encontros com o Traquimfar para a assinatura desta Convenção.

Mais uma vez, ressaltamos a importância de participação das empresas associadas nas AGEs, a fim de debater democráticos em prol de todo o setor, que resultam na assinatura de uma CCT democrática e satisfatória.

O resultado das negociações pode ser observado, na íntegra, em nosso [website](http://www.siquirj.com.br). Para tal, acesse www.siquirj.com.br. Na página inicial, à direita, clique em «Convenção Coletiva». Lá poderão encontrar as últimas cinco Convenções Coletivas de Trabalho firmadas entre o Siquirj e o Traquimfar.

Em caso de dúvidas, nos contate através de e-mail, telefone ou WhatsApp.

Siquirj

Sindicato da Indústria de Produtos Químicos para Fins Industriais do Estado do Rio de Janeiro

Filiado à FIRJAN

Av. Calógeras, nº 15 - 12º andar
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20030-070
Tel.: (21) 2220-8424
E-mail: siquirj@siquirj.com.br
Home page: www.siquirj.com.br

Diretoria - 2020/2024

Diretoria

Isaac Plachta (Presidente)
Carlos Roberto da Silva (Vice-presidente)
Nicolau Pires Lages (Secretário)
Paul Antoine Maron Gédéon (Tesoureiro)

Suplentes

Wagner Luiz Rodrigues de Sá
Roberto Pinho Dias Garcia

Conselho Fiscal

Efetivos

Ciro Alves
Angelo José Brazil Ferreira
Alexandre Fagundes de Mattos

Suplentes

Larissa Arias
Jorge Luiz Cruz Monteiro
Mauro da Silva Fonseca Júnior

Delegados Representantes junto à Firjan

Efetivos

Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira
Carlos Mariani Bittencourt

Suplentes

Isaac Plachta
Roberto Pinho Dias Garcia